GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABULIDADE – SEAS COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL – CECA

DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.437 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

EXPEDE LICENÇA PRÉVIA.

A Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 15/12/2020, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 46.619, de 02/04/2019 e pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 02/06/2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 04/12/2015,

CONSIDERANDO:

- o que consta dos Processos nº SEI-070002/009361/2020 e n° E-07/002.6314/2019, referentes ao requerimento de Licença Prévia LP da empresa AÇU PETRÓLEO S/A para a implantação de dois oleodutos terrestres com 45,3 km de extensão cada e capacidade estimada de 60 a 400 KBPD (60 a 400 mil barris por dia), que farão a interligação da Unidade de Tancagem de Petróleo (UTP), no Porto do Açu, à estação de Barra do Furado, da Petrobras, passando pelos Municípios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes e Quissamã,
- o Parecer Técnico de Licença Prévia LP nº 67/2020, da CEAM/INEA,
- o Parecer da Procuradoria do INEA nº 47/2020/INEA/GERDAM,

DELIBERA:

Art. 1º – Expedir Licença Prévia para a empresa AÇU PETRÓLEO S/A para a implantação de dois oleodutos terrestres com 45,3 km de extensão cada e capacidade estimada de 60 a 400 KBPD (60 a 400 mil barris por dia), que farão a interligação da Unidade de Tancagem de Petróleo (UTP), no Porto do Açu, à estação de Barra do Furado, da Petrobras, passando pelos Municípios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes e Quissamã.

Parágrafo Único - O prazo de validade da Licença Prévia - LP deve ser de 5 (cinco) anos.

- **Art. 2º-** Encaminhar o processo ao INEA para as providencias cabíveis.
- **Art. 3º –** Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2020

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR
Presidente

Publicada no Diário Oficial de 17/12/2020, págs. 14.